

AGÊNCIA O GLOBO

AGÊNCIA O GLOBO

A Justiça Federal bloqueou R\$ 49 milhões de quatro pessoas por infrações ambientais na Floresta Amazônica no município de Lábrea (AM). A punição foi definida depois de um pedido da Advocacia-Geral da União (AGU). De acordo com a Advocacia-Geral da União (AGU), foi danificada uma área de 2.623,713 hectares por meio do uso de fogo, entre os anos de 2004 e 2007. Essa região faz parte de três propriedades.

A 7ª Vara Federal Ambiental e Agrária da Seção Judiciária do Amazonas acolheu os argumentos da AGU, determinando além da indisponibilidade dos bens, a proibição dos infratores de explorar, de qualquer modo, a área desmatada que precisa ser reflorestada. Além disso, estão suspensos incentivos ou benefícios fiscais.

- O desfecho, com deferimento de tutela de urgência, indisponibilidade de bens e suspensão de incentivos fiscais e creditícios, garante a efetividade da reparação futura, fortalece a credibilidade institucional e assegura a restauração de áreas degradadas, bem como a preservação dos compromissos ambientais do Brasil - afirmou a coordenadora do Núcleo de Meio Ambiente da Procuradoria Regional Federal

da 1ª Região (PRF1), Natalia Lacerda.

A Ação Civil Pública que resultou na punição foi proposta pelo AGU Recuperado, que é o Grupo Estratégico Ambiental da AGU. Ela foi elaborada a partir de autos de infração e de laudos produzidos pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e busca garantir a reparação dos danos ambientais e o pagamento de indenizações.

A AGU, representando a União e o Ibama, defendeu que a área pode ser federal, mas que independentemente da titularidade a Amazônia é patrimônio nacional protegido pela Constituição Federal e que o desmatamento ilegal causa severos danos florestais, tais como perda de biodiversidade de flora, de perda de estoque de carbono, ilegítimas emissões de gases de efeito estufa, comprometimento dos ciclos hidrológicos da Floresta Amazônica, perda de habitat para diversas espécies de fauna, dentre outros danos a elementos e serviços ecossistêmicos.

A AGU Recupera é um grupo estratégico da AGU que atua em demandas judiciais prioritárias e estratégicas da União, Ibama, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

INDEVIDOS

Júlia Galvão
FOLHAPRESS

Cerca de 2,27 milhões de aposentados e pensionistas do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) poderão aderir ao acordo de devolução de valores descontados indevidamente por associações e sindicatos. O grupo faz parte dos beneficiários que contestaram os débitos, mas não receberam resposta das entidades no prazo, o que abre caminho para o ressarcimento pela via administrativa.

Segundo a AGU (Advocacia-Geral da União), que representa o INSS na Justiça, esse é o número potencial de aposentados e pensionistas que, se aderirem ao acordo nos primeiros dias de abertura do sistema para adesão, poderão receber no primeiro lote de pagamento.

O plano de devolução, elaborado por diversos órgãos do governo federal com intermédio da Justiça, prevê que os pagamentos comecem no dia 24 de julho, diretamente na conta bancária em que os segurados recebem seus benefi-

Até o momento, o INSS recebeu cerca de 3,75 milhões de contestações. Na última quinta-feira (3), data de divulgação do plano, o instituto contabilizava cerca de 3,6 milhões de contestações. Dessas, segundo a AGU (Advocacia-Geral da União), quase 60% (2,16 milhões) ficaram sem resposta das entidades associativas. O número foi atualizado para 2,7 milhões pela AGU à Folha de S.Paulo na última sexta (4).

Outras 828 mil contestações receberam resposta, com apresentação ao INSS de documentação que comprova a autorização dos descontos. Esses casos ainda estão sob análise e, por isso, não serão incluídos de imediato no cronograma de ressarcimento administrativo.

Há ainda cerca de 612 mil contestações dentro do prazo de resposta das entidades. Após a contestação do beneficiário, as associações e sindicatos têm 15 dias úteis para comprovar a regularidade do desconto, apresentando a documentação com a adesão do aposentado.

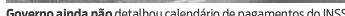


FOTO: MARCELO CAMARGO / AGÊNCIA BRASIL

Inicialmente, o presidente do INSS, Gilberto Waller Júnior, disse que cerca de 1,5 milhão de beneficiários irão receber os ressarcimentos no primeiro lote. Segundo a AGU, o novo número, de 2,27 milhões, representa uma estimativa atual de beneficiários que poderão aderir ao acordo. "Esse número se altera diariamente. Trata-se de um potencial de aposentados e pensionistas que, se aderirem nos primeiros dias de abertura do sistema, poderão receber no primeiro lote de pagamento", afirma o órgão.

A homologação do acordo de ressarcimento foi feita na última quinta pelo ministro Dias Toffoli, do STF (Supremo Tribunal Federal), que também determinou a suspensão de todas as ações judiciais em análise sobre o tema. A medida visa conter o crescimento de processos judiciais contra a autarquia. Até 31 de maio, o INSS acumulava mais de 4,3 milhões de processos judiciais pendentes, segundo o painel de grandes litigantes do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

[illegible]